

Unidades Lingüísticas e Nacionais

JOÃO LUIZ NEY

PARTINDO da conclusão a que têm chegado as últimas teorias lingüísticas, unânimes em afirmar que o idioma não é invenção de homens isolados, mas o produto de incessante cooperação de quase todos os povos antigos e contemporâneos, encetamos o exame da concepção, muito corrente no Brasil, de que o idioma é símbolo inequívoco da unidade nacional. Houve mesmo, entre nós, quem cunhasse tal pensamento nesta asserção tão sintética quanto excessivamente arbitrária: *A unidade da língua é, sem dúvida, fator de unidade nacional.*

Quando verificamos que, dentre as línguas "standard" existentes em nossos dias, nenhuma se desenvolveu num exclusivo e determinado povo, escapa-nos à inteligência o idealismo abstrato da suposta homogeneidade de qualquer língua. O valor do homogêneo possivelmente arrolado no conceito de "unidade", é, sem dúvida, inexistente ou infinitamente precário.

Sabe-se que, em tôdas as línguas cultas atuais, têm cooperado veículos de diversas procedências, e, com isso, cada uma delas recebe, sem cessar, inúmeros elementos lingüísticos estranhos. Haverá, contudo, uma língua padrão que seja produto puramente nacional?

Tôda língua viva é um organismo, um processo, um sistema em constante evolução. E, como nenhum povo vive, a rigor, em si mesmo, a admissão recíproca de vocábulos é inevitável nessas comunicações constantes com outros povos, nesse processamento singular de interfecundação cultural, na qual exercerá maior influência o grupo étnico de maior cultura.

Embora seja quase desprovido de significação falar-se de pureza natural da língua de um povo, é certo, todavia, que, na expressão de nosso pensamento, devemos, na medida do possível, servir-nos da construção léxica e giros da própria língua; mas isso é o que por si já exige o natural sentimento da língua, dessa língua que, não obstante, dia a dia, mais se opulenta com a incorporação de empréstimos necessários à mais integral participação no dinamismo cultural que se incrementa além das fronteiras geográficas do povo ou nação em que ela estruturalmente se unificou na formação de uma língua comum. Dita incorporação se faz com o aparecimento de novos fenômenos, novos movimentos, novas instituições, novas técnicas, condições, processos e teorias.

Tôda exagerada reação a essa força invasora, determinada pelas afinidades culturais dos

povos e nações, tornar-se-á improfícua, diante da necessidade progressiva de se estreitarem mais e mais as diferentes culturas.

O excessivo apêgo às expressões da própria língua com a desmedida aversão aos termos exóticos tem levado muitos, no beneditino trabalho de extirpação dos barbarismos, a engendrar verdadeiras monstruosidades.

É já do conhecimento de todos que o próprio patrimônio léxico de tôda língua relativamente desenvolvida e unificada é produto de vocabulários diversíssimos, de variadas línguas e dialetos. Que língua não se acha mesclada de inúmeros vocábulos exóticos? E quem intentaria hoje expurgar de nossa língua padrão os africanismos *cusuz*, *zêbra*, *inhame*...; os anglicismos *cabograma*, *bife*, *parlamento*...; ou os galicismos *chefe*, *bisturi*, *rotina*...?

Nos fatos da língua padrão, acima da chamada consciência nacional, está a influência do processo orgânico da cultura universal, da qual tantos são os círculos, quantos os idiomas. Assim é que vemos a língua modificar-se com as condições espirituais e sociais dos homens.

Em defesa dêsse juízo, ouçamos a Rodolf Rocker, último sociólogo artista da Alemanha — "En el pensamiento del hombre no sólo se refleja su ambiente natural, sino también las relaciones que mantiene con sus semejantes. Cuanto más estrecho es el lazo social, cuanto más ricas y diversas son las relaciones culturales que mantene-mos con los semejantes, tanto más fuertes son las conexiones que nos unen al ambiente social e influyen sin interrupción en nuestro pensamiento" (1).

Se assim ocorre com o pensamento, isto é, se o pensamento já não se toma por mero processo psíquico; mas, acima de tudo, por um reflexo das condensações, no cérebro humano, de imagens ambientes; a língua, que objetiva nosso pensamento — em idênticas condições — possui indiscutível e igual caráter social.

Seria fastidioso remontar-nos às origens da linguagem para confirmarmos êsse caráter, hoje tão evidente, que dispensaria o arrolamento de quaisquer provas.

Não obstante, julgamos oportuno referir que todo novo aspecto da vida social demanda a criação de palavras novas, incompreensíveis às gerações anteriores, que não conheceram a realidade ambiente a que correspondem. E, por

(1) *Nacionalismo y Cultura*. p. 299.

outro lado, as dificuldades em que se vê a presente geração para compreender a linguagem das gerações anteriores são cada vez mais crescentes, atingindo muitas vezes as raiais de radical incompreensão. Muitos textos são apenas inteligíveis aos dedicados pesquisadores ou atilados paleólogos. Nesses textos, a própria língua parece aos não especialistas um idioma estrangeiro que requer tradução para superar os seus enigmas. Na língua portuguesa, podemos tomar por exemplo as *Crônicas de Fernão Lopes*, de possível leitura, nos nossos dias, apenas com ajuda de glossário próprio. Quanto mais remoto vai o exame retrospectivo ou esforço de desnovelamento de uma língua, tanto mais estranha ela nos parece.

Se não representa a língua de uma nação, em si mesma, uma unidade política, podemos tomá-la como "fator de unidade nacional"? O que está sujeito a contínuas mutações, refletindo a cultura dos diversos períodos do nosso pensamento, que se forma dentro e fora de nossas fronteiras, poderá constituir correlação com a unidade nacional "que se diz sempre a mesma em sua essência"?

Tôda língua padrão, consoante o nosso entendimento, é antes um reflexo da cultura humana, que um fator de unidade nacional. Cada brasileiro, por exemplo, mais facilmente poderá entender o francês ou inglês do seu círculo cultural, do que muitos textos escritos na sua própria língua por culturas de outros círculos de idade e evolução.

Conclui-se de tal fato que a formação e fases de uma língua não decorrem das condições representativas de um povo determinado nem se processam segundo princípios nacionais. Alude a isso *Otto Jespersen*, quando adverte que —

"Na Finlândia, a única linguagem literária conhecida até os tempos modernos foi uma linguagem estrangeira, o Sueco, falado pelas classes superiores, enquanto o Finês, falado pela massa popular, era considerado calão vulgar." (2)

E, de modo geral, em *Language*, 21, refere-se o mesmo professor da Universidade de Copenhague, à influência do movimento cultural da Renascença sobre os estudos das línguas clássicas, onde diz que —

"se tornava agora ambição dos humanistas em todos os países escrever o latim como Cícero." (3)

Tem-se afirmado que quanto maior é a cultura de um povo, maior e mais vivo é o traço das diferenciações individuais. E, ao contrário, mais planificado e inculco é um povo, quanto mais se apega ao tradicional e aos hábitos do pensar corrente. Contrariamente ao que consigna *Pierre Groult*, da Universidade de Louvain, em seu compêndio sobre "La Formation des Langues Romanes" — 49, parece-nos fácil inferir que as condições de unificação e diferenciação de toda língua padrão — como produto de diversos círculos de cultura que é — estão determinadas (por íntima

correlação) pelos valores culturais que, sem reconhecer fronteiras, influem diretamente nas atividades sociais de um povo.

Importa aqui firmarmos nossa concepção de cultura que, igualmente com Herbert Read, autor de *Art and Society*, opomos ao conceito de civilização.

Contrariamente aos que, além de admitirem um paralelismo entre civilização e cultura, estabelecem certa relação de causa e efeito entre ambas, cremos que pode haver cultura sem qualquer apoio de civilização própria. O povo judeu, com sua unidade cultural, é, sem dúvida, exemplo significativo.

O caráter da civilização, mais evidente do que o da cultura, define-se pela soma de costumes e realizações materiais de qualquer organismo social.

De antemão, não nos parece viável que uma cultura possa ser imposta a esta ou àquela organização social, como fato consumado. As características de uma cultura autêntica são diametralmente opostas a qualquer idéia de imposição. Entendemos que o conceito de cultura envolve três aspectos nocionais: o livre, o espontâneo e o diverso. Por isso, dos valores tangíveis em que pode expressar-se qualquer cultura, os mais significativos e gerais têm sido os valores artísticos na sua mais elevada manifestação não só na literatura, na pintura, na música, na escultura e na arquitetura, mas em tudo quanto constitui expressão do homem integral.

Numa tentativa de síntese, diríamos que de toda atividade de quem tem algo a dizer ou expressar, e o faz simplesmente, sem ser asfixiado pela técnica, se pode esperar valor cultural tangível.

Todo o esforço, no entanto, da contemporânea civilização em crise visa à conquista de simples comodidades, entre cujos torvelinhos estuantes se perdem as poucas unidades emissárias de cultura.

Na civilização atual, a cultura tem assumido caráter tanto quanto artificial. Talvez porque não venha representando um fluxo e refluxo de vida no organismo social por inteiro. A essa cultura atual, sem vivência, poderíamos chamar desvitalizada.

Conseqüentemente, aqui tomamos o termo cultura na acepção de espontâneo poder de expressão de unidades individualmente livres.

Podemos agora colocar nos seus devidos termos o problema das unidades lingüísticas e nacionais.

Cremos que dessa dicotomia entre civilização e cultura, podemos extrair outras luzes para a conclusão de *Otto Jespersen* no seguinte raciocínio:

"Nuestra vida intelectual es extraordinariamente compleja y, en consecuencia, su instrumento más poderoso, la lengua, es asimismo extraordinariamente complejo. Las

(2) *Humanidad, Nación, Individuo*, p. 95.

(3) *Ob. e p. citadas* — "it now became the ambition of humanists in all countries to write Latin like Cicero."

condiciones de su evolución no pueden ser reducidas a una sola fórmula precisa a menos que nos contentemos con una que abarca todas las demás diciendo que las lenguas "standard" están determinadas *socialmente*." (4)

Uma língua padrão está, a nosso ver, determinada concomitantemente pela cultura e civilização de um povo, ao passo que as fronteiras de uma nação e a sua unidade política estão limitadas tão-só pela sua própria civilização.

Entendemos por língua padrão o sistema de linguagem comum a determinado grupo étnico e cultural. Uma língua padrão deve forçosamente servir a todas as atividades dos cidadãos incluídos na comunidade lingüística.

No Brasil, a língua padrão é o português, língua que serve às ciências, às leis, à correspondência administrativa, etc. A que pauta o professor nas escolas diferenciando-a do falar brasileiro.

Fatalmente, a língua portuguesa, em terras brasileiras, experimentando a influência de novo meio social, teve de sofrer alterações apreciáveis, principalmente no domínio da fonética. Tais alterações, no entanto, não chegaram ainda a constituir novo sistema gramatical que nos permita falar de uma *língua brasileira*.

A título de ilustração, lembra-nos o seguinte fato. No último concurso para professor catedrático de Português do Colégio Pedro II, um dos examinadores, argüindo a tese que proclama o idioma brasileiro, pediu ao candidato que pusesse, em *língua brasileira*, o padre-nosso. E o candidato acabou confessando-lhe ser isso impossível.

Eis aí testemunho palpável de que uma só língua pode servir de língua padrão a distintas unidades nacionais. Vemos o Português servindo igualmente a Portugal e Brasil; o Espanhol sendo a língua padrão de quase todos os países da América do Sul e Espanha; os Estados Unidos e Inglaterra falando uma só língua; enquanto, noutros lugares, ocorre fenómeno contrário: várias línguas servindo a uma só unidade nacional, como na Suíça, por exemplo, onde se fala o Alemão, o Francês e o Italiano.

Curioso é também o que lemos na seguinte citação de Bruno Migliorini, na sua *Lingüística*:

"As particulares condições suíças se refere o artigo 116 da Constituição federal, que reconhece o tedesco, o francês, o italiano e o romano, como línguas *nacionais* da Confederação, enquanto só as três primeiras são declaradas línguas *oficiais*." (5)

Tomando-se a língua como essencial expressão da nacionalidade, que ocorreria a uma nação que, por qualquer motivo, abandonasse sua língua?

(4) *Ob. cit.* p. 96.

(5) *Ob. cit.* — Segunda edição, p. 45, nota 2. "Alle particolari condizioni svizzere si riferisce l'articolo 116 della Costituzione federale, che riconosce il tedesco, il francese, l'italiano e il romancio, come lingue nazionali della Confederazione, mentre solo le tre prime sono dichiarate lingue *ufficiali*."

— a nação deixaria fatalmente de existir! No entanto, muitos povos, têm perdido sua língua, e continuam nacionalmente unificados.

Carece de força persuasiva, conforme vimos à saciedade, a afirmação de que a unidade da língua é, sem dúvida, fator de unidade nacional.

Em toda língua socialmente cristalizada, se assim nos podemos expressar, ressalta-nos o serviço que presta como meio de comunicação entre os indivíduos. Daí exigir toda língua padrão que a correspondência entre as noções e os vocábulos seja igual entre todos os membros da mesma comunidade. É essa tendência à unificação que determina as línguas "standard". Só com a formação de novas e maiores unidades culturais pode constituir-se uma nova língua comum, o que não ocorre com o simples domínio político.

Desfazendo suposta conexão entre língua e raça, diz Ferdinand de Saussure

"seria um erro crer que da comunidade de línguas se pode deduzir a consanguinidade, que uma família de línguas envolve uma família antropológica." (6)

Igualmente, quer-nos parecer que nação e comunidade lingüística não têm nenhuma conexão necessária, sendo portanto impossível deduzir de uma os fatores da outra.

A unidade nacional, no máximo, pode ser fator secundário, mas de modo algum essencialmente necessário à unidade lingüística.

É ainda Ferdinand de Saussure quem nos diz que:

"existe outra unidade, infinitamente mais importante, a única essencial, a que está constituída pelo vínculo social: chamá-la-emos *etnismo*." (7)

E acrescenta:

"Entendemos por *etnismo* uma unidade que repousa sobre relações múltiplas de religião, civilização, defesa comum, etc. que se podem estabelecer mesmo entre povos de raças diferentes e independente de todo laço político." (8)

A êsse *etnismo* de Saussure, tão vago quanto o *socialmente* de Jespersen, ao qual já nos referimos acima, apomos os conceitos de civilização e cultura sucintamente aqui esboçados.

(6) *Cours de Linguistique Générale*, p. 304 — "ce serait une erreur de croire que de la communauté de langue on peut conclure à la consanguinité, qu'une famille de langues recouvre une famille anthropologique."

(7) *Ob. cit.* p. 305 — "il y a une autre unité infiniment plus importante, la seule essentielle, celle qui est constituée par le lien social: nous l'appellerons *ethnisme*."

(8) *Ob. cit.* p. 305 — "Entendons par là (*ethnisme*) une unité reposant sur des rapports multiples de religion, de civilisation, de défense commune, etc., qui peuvent s'établir même entre peuples de races différentes et en l'absence de tout lien politique."